

**ASSUNTO: Dispensa de Licitação nº 003/2016 - PMC**

**PARECER DO CONTROLE INTERNO Nº 003/2016 – PMC**

**CONTROLE INTERNO DE CASTANHAL – PA**, acompanha, avalia e apoia o gestor na busca por mais segurança nas tomadas de decisões. Neste termo o processo de Dispensa de licitação, Contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de Castanhal – PMC e o **Sr. Huederson Arrigoni, objetivando a locação do Imóvel, localizado na Tv : Benjamim Constant, 699, bairro : Centro, nesta cidade , pelo período de 01/06/2016 a 31/12/2016, destinado ao funcionamento do Cursinho Pré-Vestibular Municipal Cabanos** , seguindo o que determina a lei 8.666/93, e alcançar o Princípio da Legalidade e Razoabilidade.

### **DO CONTROLE INTERNO**

Avaliação da Gestão Pública, o acompanhamento dos Programas e Políticas Pública. Procura – se com tal sistema, evidenciar a Legalidade e Razoabilidade dos Atos praticados pela Administração Pública, e avaliar os resultados no que concerne a Economicidade, Eficiência e Eficácia da Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial e Operacional dos Órgãos e Entidades Municipal.

Após examinar o procedimento que compõem a análise do contrato de prestação de serviços Práticas Integrativas e Complementares em atenção a prestação de serviço de forma complementar ao bom funcionamento do Cursinho Pré-Vestibular Municipal Cabanos , assim como, atendidas as condições habilitatórias e considerando que é primordial a locação do imóvel, cujas as necessidades de instalação e localização condiciona a sua escolha, ofertado desta forma preços compatível com o mercado, conforme justificado pela comissão de licitação. Entendo que o mesmo esta de acordo com a legislação vigente no que tange ao **Contrato** proposto, o prazo e sendo devidamente justificado pela análise técnica o que torna esse processo apto para que seja dado prosseguimento às demais etapas subsequente, verifico que a Administração Municipal busca melhorar o atendimento aos usuários do Cursinho Pré-Vestibular Municipal Cabanos. Assim observou todas as regras e procedimentos previstos na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016, que fora estabelecido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, e previamente planejado pelo Plano Plurianual de 2014 a 2017 para realização da despesa prevista.

Baseado no que foi apresentado no processo, estão em conformidade com as exigências Legais.

É o Parecer, salvo melhor entendimento.

Castanhal (PA), 01 de Junho de 2016.

**Mauro Cazeiro Teixeira**  
Controlador Interno